

Como o mundo vem mostrando que Martin Luther King estava certo sobre a não-violência

How the world is proving Martin Luther King
right about nonviolence

Erica Chenoweth and Maria J. Stephan

Originally published in the Washington Post, January 18, 2016

**Tradução: João Vicente de Paulo Júnior, May 2019
Evaluated by Maíra Irigaray Castro**

Como o mundo vem mostrando que Martin Luther King estava certo sobre a não-violência

Erica Chenoweth e Maria J. Stephan 18 de janeiro de 2016



A ativista iemenita Tawakkol Karman (à direita, de lenço branco) recebeu o Prêmio Nobel da Paz por seu ativismo não-violento em favor dos direitos das mulheres. Enviada por: Sudarsan Raghavan

“Eu deixei a Índia mais convencido do que nunca que a resistência não-violenta é a arma mais potente disponível aos oprimidos em sua luta pela liberdade.” — “A Autobiografia de Martin Luther King Jr.”, Clayborne Carson (org.)

Desde 2011, o mundo tem sido um lugar profundamente contencioso. Embora revoltas armadas agitem o Oriente Médio, o Sahel e o Sul da Ásia, os conflitos civis violentos já não são o principal meio a que as pessoas recorrem quando buscam reparação. Antes, de Tunis à Praça Tahrir, do Zuccotti Park em Nova Iorque a Ferguson, no Missouri, de Burkina Faso a Hong Kong, movimentos em todo o mundo encontram inspiração nas lições de Mahatma Gandhi, Martin Luther King e ativistas nacionais e internacionais no momento de exigir mudanças.

A ênfase de Gandhi e King na resistência não-violenta — em que pessoas desarmadas empregam uma série coordenada de greves, protestos, boicotes e **outras ações** para enfrentar um adversário — tem seus **críticos**. Algumas das críticas se baseiam em uma interpretação equivocada do que é a resistência civil, ao passo que outras põem em dúvida a capacidade de povos desarmados e oprimidos de se organizarem e desafiarem um adversário poderoso. A cada novo movimento, surgem os mesmos tipos de desafios, como questões sobre a eficácia da ação não-violenta diante de poderes arraigados e da opressão sistemática. Em 2011, publicamos um **livro**, “*Why Civil Resistance Works*” (Por que a resistência civil funciona), que explorava essas questões e, surpresas, constatamos que as campanhas de resistência não-violenta haviam sido bem-sucedidas mais do que o dobro das vezes em comparação com as campanhas violentas quando

se tratava de depor líderes nacionais ou conquistar a independência de um território.

Para muitas pessoas, essa conclusão pode parecer ingênuo, porém, ao irmos a fundo nos dados, descobrimos que não é por “tocar os corações” dos seus adversários que as campanhas de resistência não-violenta têm êxito, mas sim porque métodos não-violentos têm mais potencial para suscitar a participação em massa — em média, mobilizam cerca de 11 vezes mais participantes do que uma rebelião armada típica —, o que é a fonte de grandes mudanças estruturais dentro do regime adversário. A participação em massa que envolve diversos segmentos da sociedade tende a estimular e atrair os reformistas, deixando os radicais à míngua de apoio. Quando esse tipo de mobilização não é violento, as possibilidades de retirar o apoio à liderança do regime vigente aumentam, permitindo que as forças de segurança, as elites econômicas e o funcionalismo estatal mudem sua lealdade com menos receio de retaliações sangrentas.

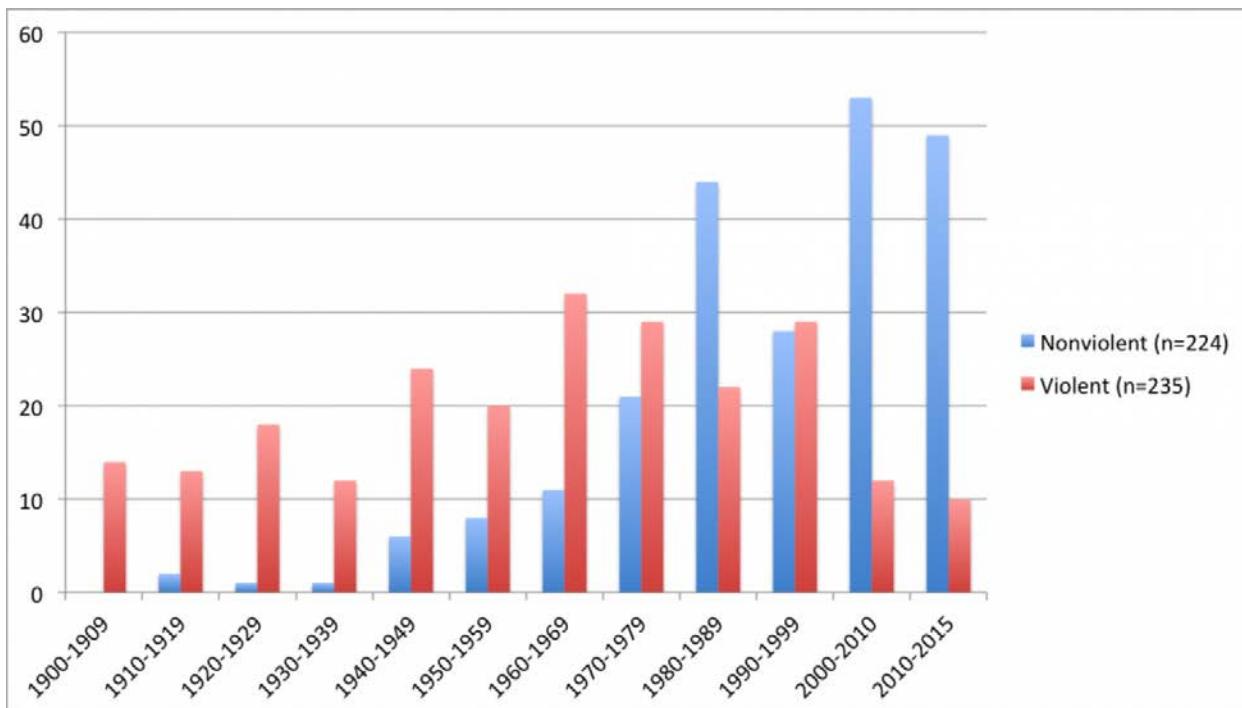
Em outras palavras, descobrimos que a resistência não-violenta é eficaz não necessariamente por causa do seu potencial de conversão, mas, sim, devido ao seu potencial criativo, atrativo e coercivo — uma teoria que o fundador do Instituto Albert Einstein, [Gene Sharp](#) vem articulando há décadas. Naturalmente, nem todas as campanhas não violentas surtem efeito. Mas nos casos em que fracassaram, não havia provas sistemáticas confiáveis que sugerissem que revoltas armadas teriam levado a um resultado melhor.

Isso foi em 2011. Agora estamos em 2016. O que aprendemos sobre a resistência não-violenta nos últimos cinco anos? A seguir, esboçamos algumas das principais conclusões empíricas da ciência política,

algumas das quais contêm implicações surpreendentes para os céticos quanto à ação não-violenta.

1. As campanhas não-violentas são cada vez mais comuns.

Se a sensação é a de que estamos vivendo num período particularmente disruptivo da História, saiba que é isso mesmo. Mas é o *tipo* de ruptura que faz com que nosso tempo seja único. O [projeto Major Episodes of Contention](#) (Principais Episódios do Antagonismo), um projeto de dados coordenado pela professora Erica Chenoweth na Universidade de Denver, sugere que as campanhas de resistência não-violenta se transformaram na categoria modal de ações contenciosas em todo o mundo. O [NAVCO](#), outro projeto de coleta de dados, emprega material-fonte e critérios de inclusão diferentes, mas apresenta padrões semelhantes, como ocorre com vários outros conjuntos de dados sobre protestos. Enquanto a frequência de revoltas violentas — definidas por um limite de mil mortes em confrontos — vem caindo desde a década de 1970, o número de campanhas que recorrem essencialmente à resistência não-armada disparou. Cumpre notar que esses números se referem especificamente a campanhas maximalistas, ou seja, cuja finalidade é depor a liderança nacional que exerce o poder ou conquistar a independência de um território por meio da secessão ou expulsão de uma ocupação militar estrangeira ou de um poder colonial.



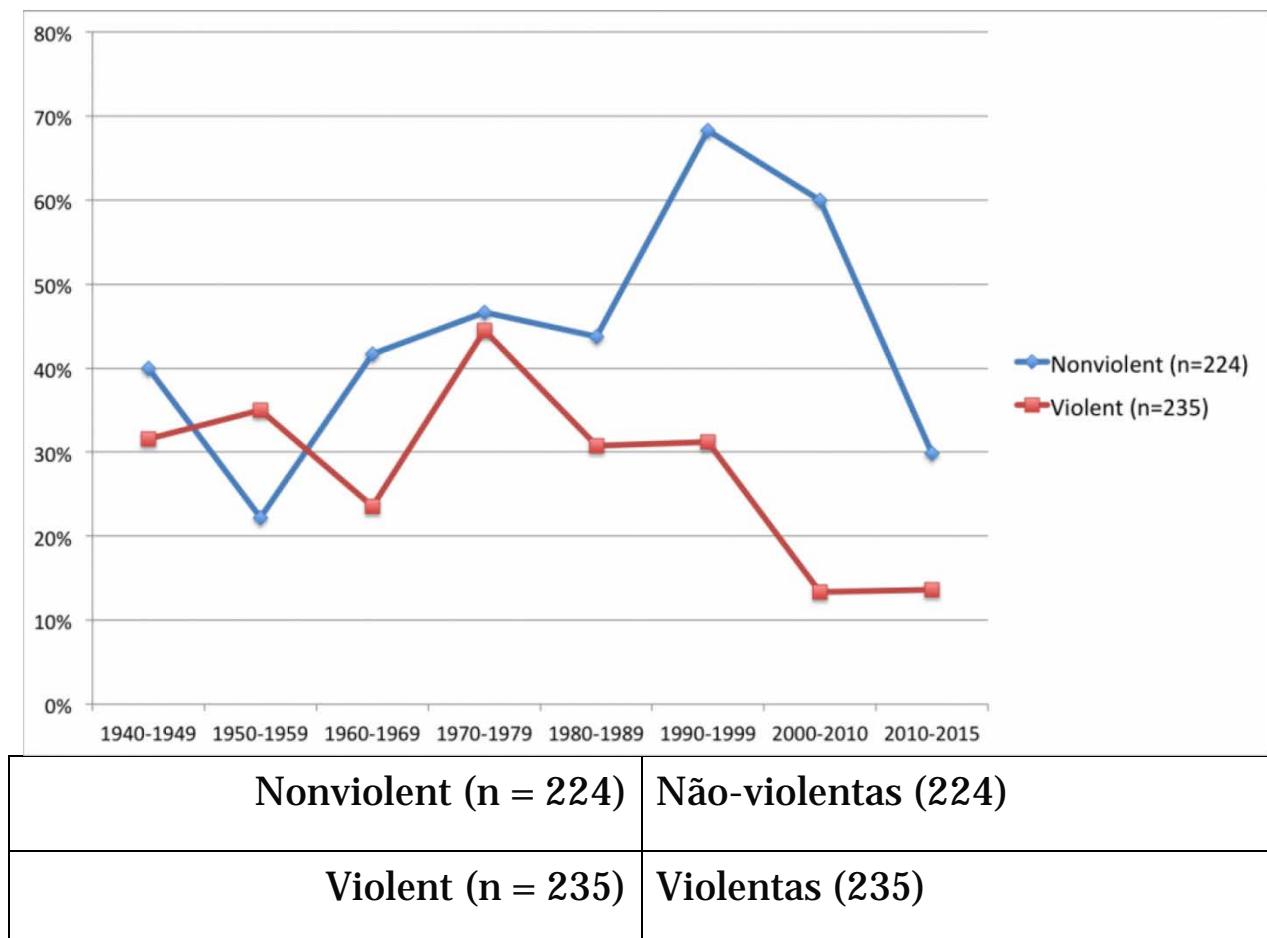
Nonviolent (n = 224)	Não-violentas (224)
Violent (n = 235)	Violentas (235)

Só nos primeiros cinco anos da presente década, assistimos a mais tentativas de novas campanhas não-violentas do que em toda a década de 1990, e quase à mesma quantidade observada nos anos 2000. A década atual está a caminho de se tornar a mais contenciosa já vista.

2. Apesar de as campanhas de resistência não-violenta serem mais comuns, seus índices de sucesso absoluto caíram.

Em meio à alta acentuada do número de campanhas não-violentas, também se testemunhou uma curva de aprendizado bastante íngreme. As taxas de sucesso da resistência não-violenta tiveram o seu apogeu

nos anos 1990, mas houve uma forte queda dessas taxas na década atual.



Isso pode ter ocorrido por algumas razões. Primeiro, os adversários do Estado podem estar aprendendo e se adaptando aos desafios das classes baixas. Embora, há várias décadas, possam ter subestimado o potencial de o poder do povo ameaçar seriamente a sua autoridade, talvez agora encarem as mobilizações não-violentas como uma verdadeira ameaça e destinem mais recursos para preveni-las — talvez seguindo as sugestões do “*Dictator’s Handbook*” (O Manual do Ditador), de Bruce Bueno de Mesquita e Alastair Smith — ou usando da “repressão inteligente” de modo a subvertê-las ao surgirem. Esse fenômeno de adaptação aprendida, o que Steven Heydemann,

professor da Cátedra Ketcham de Estudos do Oriente Médio da Smith College, chama de “autoritarismo 2.0”, é um foco central do projeto “O Futuro do Autoritarismo”, do Atlantic Council.

Segundo, os ativistas que empregam métodos de ação não-violenta podem estar aprendendo as lições erradas dos seus contemporâneos em todo o mundo. Por exemplo, levando em conta a cobertura do noticiário sobre as manifestações e greves em massa na Tunísia em 2010 e 2011, pode ser tentador pensar que três semanas de protestos sejam o suficiente para destituir um ditador. Contudo, essas interpretações ignoram completamente o fato de que a Tunísia teve uma história recente e única de forte atividade trabalhista organizada — que estendeu seu apoio à insurreição — e que as greves gerais ameaçaram paralisar a economia tunisiana a tal ponto que as elites econômicas e empresariais começaram a deixar de apoiar o Presidente Zine el-Abidine Ben Ali, enquanto as forças de segurança desafiaram a ordem para atacar os manifestantes com armas automáticas.

É natural que os ativistas se inspirem em outros que passaram por situações semelhantes, mas isso às vezes pode resultar em fracasso. Por exemplo, [Kurt Weyland, da Universidade do Texas, destaca](#) que, durante a onda mundial de revoluções em sua maioria violentas em 1848, os dissidentes buscaram replicar a estratégia da revolta inicial contra a coroa francesa, mas acabaram vendo seus esforços serem inviabilizados por monarcas mais bem preparados e com mais recursos que, é claro, eram diferentes em cada contexto. Quando a onda de revolta finalmente bateu à sua porta, esses soberanos conseguiram se antecipar às ações dos revolucionários de modo a esmagar os levantes e dividir as oposições em seu favor. Podemos

estar assistindo a uma dinâmica semelhante nos dias de hoje, sobretudo, nas etapas finais das [ondas de revoltas regionais](#).

3. Contudo, acreditem ou não, as campanhas não-violentas ainda são mais bem-sucedidas do que as violentas.

Desde 1960, as campanhas violentas têm apresentado piores resultados do que as campanhas não-violentas em termos de índices absolutos de sucesso. De fato, ao todo, de 1900 a 2015, as campanhas não-violentas foram exitosas em 51% das vezes, ao passo que as campanhas violentas surtiram efeito em 27% das vezes. Nesta década, 30% das campanhas não-violentas foram bem-sucedidas até o momento, enquanto as campanhas violentas não passaram de 12%, o que significa que, de fato, a diferença proporcional entre elas em termos de sucesso é hoje maior do que a média.

4. Os focos de violência costumam ser prejudiciais para os movimentos em massa não-violentos.

Um dos temas candentes desde 2011 tem sido se o uso de um pouco de violência durante uma mobilização basicamente desarmada ajudaria ou prejudicaria uma campanha não-violenta. Essa questão foi muitas vezes representada no debate sobre a “diversidade de táticas” nos Estados Unidos. No entanto, a questão dos métodos de confrontação não-violentos, violentos ou híbridos é comum em muitos movimentos que buscam mudanças radicais ao redor do mundo. Apesar das inúmeras alegações, pró e contra, por parte de observadores, especialistas e ativistas, causa surpresa que, até recentemente, essa

questão tenha sido pouco examinada em avaliações empíricas rigorosas.

Em um [artigo recente em “Mobilization”](#) (Mobilização), Chenoweth e Kurt Schock, da Universidade Rutgers, usam dados comparativos para estudar o uso limitado da violência. Constatam que os focos de violência podem atingir alguns dos objetivos do *processo a curto prazo*, como a atenção da mídia, a percepção de autodefesa, a difusão de uma cultura de oposição que consolida o comprometimento de membros mais radicais, ou a catarse em torno da necessidade de “liberar a tensão”. Mas, em regra, os focos de violência prejudicam os objetivos estratégicos de longo prazo, tais como manter uma base de participantes cada vez maior e diversa, ampliar o apoio de terceiros e fazer com que as forças de segurança mudem sua lealdade. Os dados mostram que os focos de violência costumam estar associados a taxas de participação menores e a uma participação mais homogênea, enfraquecendo a principal vantagem do uso da resistência não-violenta. De maneira análoga, outro estudo [constata](#) que os focos de violência tendem a aumentar a repressão do Estado, que costuma estar associada a taxas de participação baixas. Assim, em geral, os focos de violência claramente não contribuem para o êxito das campanhas não-violentas.

Omar Wasow, da Universidade de Princeton, oferece [mais evidências](#) acerca dos efeitos políticos dos protestos não-violentos em comparação com os protestos “violentos”. Ao levantar dados relativos aos protestos urbanos de negros americanos durante os anos 1960, Wasow mostra de forma convincente que, quando predominavam os protestos não-violentos, havia mais apoio aos “direitos civis” como a principal preocupação pública nos Estados Unidos, ao passo que a

preponderância de protestos violentos levava a um aumento do apoio à “manutenção da lei e da ordem” como a principal questão. Após 1965, à medida que os protestos violentos se tornaram mais comuns, o apoio da opinião pública divergiu cada vez mais dos direitos civis em direção à resposta policial, mostrando que o movimento deixara de atrair pilares de apoio essenciais. Surpreendentemente, a opinião pública foi importante não apenas a curto prazo mas também a longo prazo: Wasow conclui que havia uma forte correlação entre o apoio à manutenção “da lei e da ordem” e o voto em lideranças republicanas, o que sugere que os diferentes tipos de protesto tiveram efeitos políticos duradouros nos Estados Unidos.

5. Os confrontos não-violentos são extremamente difíceis de prever.

Por que razão os movimentos sociais ou de protesto ocorrem em um dado momento e não em outro é uma questão que todos os campos da sociologia estudam há muito tempo. As campanhas maximalistas de resistência não-violenta são uma espécie ligeiramente diferente, pois pressupõem uma série de ações coordenadas, altamente disruptivas e contenciosas concentradas contra um adversário governamental com o objetivo de mudar o status quo em nível nacional. Os estudos que analisam as causas da resistência não-violenta identificaram inúmeros correlativos, tais como [a densidade do setor manufatureiro](#) (Butcher e Svensson 2014), [as emoções](#) (Pearlman 2013), [a proximidade geográfica](#) (Gleditsch e Rivera 2015) e [o histórico de protestos](#) (Braithwaite, Braithwaite e Kubik 2015).

Em 2015, Chenoweth e Jay Ulfelder [avaliaram inúmeras teorias gerais](#) sobre revoltas em massa e constataram que são poucas as que permitem prever com precisão onde vão ocorrer campanhas

não-violentas. Ao contrário das campanhas armadas, golpes ou quedas de Estado — que, sem exceção, os estudiosos conseguem prever com facilidade — as campanhas em massa não-violentas podem surgir praticamente em qualquer lugar, por qualquer motivo. Não raro, ocorrem em lugares onde, segundo os especialistas, [seria muito difícil mobilizar dissidentes](#), quanto mais mobilizá-los de forma eficaz. E não é de todo claro o que pode desencadear a dissidência ou fazê-la durar. Chenoweth e Ulfelder concluem que os movimentos de poder do povo são simplesmente tão conjunturais e contingentes que as ferramentas de previsão e estruturas de dados típicas não conseguem determinar totalmente as suas causas. Outra maneira de interpretar essa conclusão é que as pessoas que organizam revoltas não-violentas costumam superar as condições adversas de formas criativas que desafiam as expectativas, o que nos leva ao nosso último ponto.

6. A repressão desafia todas as campanhas de dissidência, mas não necessariamente predetermina a opção da resistência não-violenta nem seu resultado.

Um argumento popular sobre a resistência não-violenta é que ela pode ocorrer e talvez até ser bem-sucedida desde que o adversário jogue limpo. Mas assim que o adversário tira as luvas, a resistência não-violenta é impossível ou fútil. Tratamos um pouco desse argumento em nosso livro de 2011, mas alguns trabalhos mais recentes também abordam esse importante ponto.

Quanto à questão de a repressão brutal influenciar ou não a possibilidade de resistência não violenta, [Wendy Pearlman sustenta](#), em seu excelente livro sobre o movimento nacional palestino, que a repressão por si só não consegue explicar as razões por que o

movimento passou da ação não-violenta à violência. A autora argumenta que, na verdade, a repressão foi tão intensa na fase não-violenta da Primeira Intifada quanto durante as várias etapas violentas do movimento. Segundo Pearlman, o nível de coesão pode explicar melhor o recurso à violência. Quando havia visão coletiva, liderança e um conjunto claro de normas e regras internas, o movimento conseguia empregar a resistência não-violenta apesar da constante repressão do governo israelense.

Da mesma forma, os pesquisadores Jonathan Sutton, Charles Butcher e Isak Svensson [apontam](#) para a estrutura e a organização dos movimentos como fatores cruciais para a viabilidade das campanhas em face da repressão. Com base em dados quantitativos, defendem que, se o Estado recorre à violência unilateral ou mata em massa para enfrentar protestos sem armas, os manifestantes poderão vir a ter êxito a longo prazo apenas se fizerem parte de uma campanha mais ampla e coordenada.

Naturalmente, alguns estudos põem em dúvida a capacidade da oposição não-violenta de enfrentar regimes repressivos altamente sofisticados — sobretudo os que revelam ambições genocidas ou despóticas. O [trabalho recente](#) de Christopher Sullivan sobre o desmantelamento sistemático da oposição de esquerda na Guatemala levado a cabo pelas forças de segurança entre 1975 e 1985 é uma história que serve de alerta sobre a sofisticação e empenho de alguns regimes. É o caso também do massacre brutal e calculado de manifestantes não-violentos pelo regime de Bashar al-Assad na Síria, após os protestos de Deraa, em Março de 2011 — um lembrete arrepiante da razão por que as campanhas não-violentas em massa fracassam quase tantas vezes quanto surtem efeito.

Mas, novamente, é difícil prever quando esses sistemas repressivos conseguirão manter por inteiro a lealdade dos seus subordinados diante de uma revolta em massa — mesmo em um caso aparentemente impossível como o da Síria. Além disso, em um trabalho a ser publicado em breve, [Lee Smithey, Lester Kurtz e seus colaboradores](#) constatam que a repressão de regimes contra manifestantes desarmados não raro pode sair pela culatra e gerar indignação moral, atrair mais participantes, suscitar o apoio de terceiros ao movimento e acelerar a deserção das forças de segurança. De fato, episódios de repressão podem muitas vezes ser a causa de campanhas não-violentas em vez de ser o seu desfecho. O assassinato de Emmett Till vem à lembrança como exemplo de um terrível episódio de violência que, em última instância, fez o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos ganhar apoio, simpatia e participação.

Em vista do Dia de Martin Luther King Jr., pensamos em deixar para os nossos leitores este trecho inspirador da sua “Carta da prisão de Birmingham”. Uma tradução do texto integral da Carta pode ser encontrada [aqui](#):

“Meus amigos, tenho de dizer a vocês que não obtivemos um único ganho em direitos civis sem uma firme pressão legal e pacífica. Lamentavelmente, é um fato histórico que grupos privilegiados raramente renunciam aos seus privilégios por vontade própria. Indivíduos podem ver a luz da moral e renunciar voluntariamente às suas posturas injustas; mas, como Reinhold Niebuhr lembrou-nos, grupos tendem a ser mais imorais do que indivíduos. Sabemos por meio de experiências dolorosas que a liberdade nunca é voluntariamente concedida pelo opressor; ela tem de ser exigida pelo oprimido.”

Martin Luther King, é claro, estava igualmente preocupado com as dimensões moral e pragmática da resistência não-violenta. Mas o seu pragmatismo não deve ser subestimado, como demonstra o [livro de Jonathan Rieder](#) sobre a carta de Birmingham.

Obviamente, ainda temos muito a aprender sobre a resistência não-violenta. Trata-se de um fenômeno emergente, e os estudos sobre esse tema também estão emergindo nas ciências sociais. As pessoas que buscam confrontar a opressão teriam a ganhar se pesquisassem de forma mais sistemática quando e como levar à frente a luta não-violenta em diversos contextos. Já no caso das autoridades que se deparam com desafios que vão desde o ressurgimento do autoritarismo até o extremismo violento, passando pela fragilidade do Estado, seria vantajoso buscar um conhecimento mais profundo de quando e por que movimentos não-violentos têm êxito — e o que de fato significa apoiá-los.

Nesta década, em que, mais do que nunca, as pessoas estão recorrendo à resistência não-violenta, seria recomendável que especialistas e ativistas consultassem a sabedoria pragmática e ética de Gandhi e King para abrir o caminho a ser trilhado.

Erica Chenoweth é professora da Faculdade Josef Korbel de Estudos Internacionais na Universidade de Denver. É uma das anfitriãs do blog [Political Violence @ a Glance](#) (Um Olhar sobre a Violência Política) e escreve de tempos em tempos no blog [The Monkey Cage](#) (A Jaula do Macaco). Maria J. Stephan é pesquisadora sênior do United States Institute of Peace e pesquisadora não residente do Atlantic Council.